

Governo pede sacrifício e promete estabilidade

Impacto das medidas na inflação ficará em 0,3%, segundo Fipe

O Governo apresentou ontem o mais duro conjunto de mudanças econômicas desde a adoção do Plano Real. Já em janeiro do próximo ano, o contribuinte estará pagando mais 10% de imposto na fonte. A partir de segunda-feira, o IPI sobre carros e bebidas vai subir, pressionando os preços, e os combustíveis ficarão mais caros. No Rio, o Governo estima que o reajuste da gasolina para o consumidor será de 6,3%, mas os donos de postos já mencionam alta de até 10%. Com o aumento da arrecadação tributária, devido à elevação dos impostos, e com os cortes nos gastos públicos, de 15% em custeio e 6% em investimentos, o Governo reduzirá o déficit público. Mas, em compensação, o país crescerá menos no ano que vem: as estimativas da equipe econômica e de analistas para a expansão do PIB giram entre 0% e 2,5%. O presidente Fernando Henrique, ao explicar as medidas, reconheceu que elas podem ser impopulares, mas disse que asseguram a estabilidade do Real. "Por certo são medidas que podem acarretar a impopularidade do presidente, mas o presidente não está preocupado com outra coisa, senão com o Brasil e com o povo. E o povo é o primeiro a saber que sem o Real, sem uma moeda forte e estável, a inflação é o pior dos impostos. Esta é a confiança que em mim não vai faltar ao meu país", afirmou Fernando Henrique. Segundo ele, se o Congresso já tivesse aprovado as reformas constitucionais, o ajuste fiscal poderia ter sido mais brando. O presidente admitiu que alguns setores serão afetados mais do que outros pelo pacote fiscal. Apesar de ter manifestado preocupação com a classe média, Fernando Henrique lembrou que apenas 8% da população brasileira pagam Imposto de Renda. Os aumentos determinados, observou, representarão um impacto de apenas 0,21% na inflação deste mês. Os políticos não foram consultados previamente sobre as medidas, e houve algumas críticas no Congresso: o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, acha que o aumento de impostos deveria atingir também as empresas e não apenas os assalariados. Segundo a colunista Míriam Leitão, o Governo errou ao misturar aumento de gasolina e do IR, pois embora essas medidas representem apenas 10% do pacote, elas vão acabar sendo lembradas como a essência do ajuste. O mercado reagiu bem ao pacote: as bolsas fecharam em alta de 1,97% e as projeções futuras de juros e dólar em queda.

Páginas 23 a 40, Tereza Cruvinel, Marcio Moreira Alves, Míriam Leitão, Joelmir Beting e Arnaldo Jabor

EDITORIAL

O Governo agiu sem hesitação e, no conjunto, com eficiência

Comércio prevê um Natal com vendas extremamente baixas

Mercado reage bem e bolsas fecham em alta de 1,97%

Taxa de crescimento do país no ano que vem deve ser de 2%

Gustavo Miranda



FERNANDO HENRIQUE: "O importante é salvaguardar a estabilidade da moeda e da vida e não voltar a inflação"

PRINCIPAIS MEDIDAS

- **IMPOSTO DE RENDA:** O contribuinte pagará mais 10% na fonte em 1998 e 1999. A arrecadação tributária deve aumentar em R\$ 1 bilhão ano que vem.
- **PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS:** A partir de segunda-feira estarão mais altos os preços da gasolina, óleo diesel, gás de cozinha e óleo combustível. O reajuste da gasolina para as distribuidoras será de 9%. No Rio e em São Paulo, o Governo estima aumento de 6,3% para o consumidor e o setor prevê até 10% de alta.
- **IPI:** Aumento de 62% na alíquota incidente sobre carros e de 10% sobre bebidas. Mais R\$ 800 milhões de arrecadação.
- **VIAGENS AO EXTERIOR:** Aumento da taxa de embarque de US\$ 18 para US\$ 90. Limite de compras no free-shop cai de US\$ 500 para US\$ 300.
- **TARIFAS:** A energia fornecida pela Cerj vai subir em dezembro e o telefone, a partir de abril.
- **CORTE DE GASTOS:** Redução de 15% dos gastos em 1998, com exceção das áreas de Saúde, Educação, Assistência Social e Reforma Agrária. O Governo calcula economia de R\$ 1,7 bilhão em custeio.
- **INVESTIMENTOS:** Corte de 6% em projetos previstos para 1998, equivalente a R\$ 500 milhões.
- **DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIOS:** O Governo vai extinguir 70 mil cargos do Executivo e em 1999 demitir 33 mil funcionários sem estabilidade. A previsão é de um corte de gastos de R\$ 1,5 bilhão com a redução da folha e suspensão de aumentos.



— E agora... Quietinhos, hein?